

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. (Bandepe), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$5.278 milhões (31/12/2018 - R\$4.193 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$242 milhões (31/12/2018 - R\$199 milhões).

Em AGE realizada em 7 de dezembro de 2018, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$2 bilhões, passando de R\$2.789 bilhões para R\$4.789 bilhões, mediante a emissão de 1.405.667 (um milhão, quatrocentas e cinco mil, seiscentas e sessenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. As novas ações foram parcialmente integralizadas pelo acionista do Banco Santander, na presente data, na proporção de 50% do montante subscrito, correspondente ao valor de R\$1 bilhão.

Em 16 de setembro de 2019, o Banco Santander integralizou os 50% pendentes de subscrição, correspondente ao valor de R\$1 bilhão.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos totais atingiram R\$15.504 milhões (31/12/2018 - R\$6.336 milhões). Desse montante, destacamos R\$13.896 milhões (31/12/2018 - R\$4.734 milhões) que são representados por títulos e valores mobiliários e R\$58 milhões (31/12/2018 - R\$64 milhões) por aplicações interfinanceiras de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos totais atingiram R\$10.226 milhões (31/12/2018 - R\$2.143 milhões). Desse montante, destacamos R\$9.517 milhões (31/12/2018 - R\$1.985 milhões) que são representados por depósitos interfinanceiros e R\$159 milhões (31/12/2018 - R\$157 milhões) por provisões fiscais e provisões para pagamentos em geral, registradas na rubrica de outras obrigações diversas.

Outras Informações

A política de atuação do Bandepe na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo Circulante	Nota	31/12/2019		31/12/2018		Passivo Circulante	Nota	31/12/2019		31/12/2018	
		13.955.669	4.798.871	13.955.669	4.798.871			9.532.874	1.985.981	9.532.874	1.985.981
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		57.600	64.241	57.600	64.241	Depósitos		9.517.105	1.984.778	9.517.105	1.984.778
Aplicações no Mercado Aberto	4&13.c	48.13.c	57.600	48.13.c	57.600	Depósitos Interfinanceiros	13.c	9.517.105	1.984.778	9.517.105	1.984.778
Títulos e Valores Mobiliários		5.138.995.993	4.734.029	5.138.995.993	4.734.029	Outras Obrigações		15.769	1.203	15.769	1.203
Carteira Própria	5	13.892.737	4.730.956	13.892.737	4.730.956	Fiscais e Previdenciárias	9	13.975	1.109	13.975	1.109
Vinculados à Prestação de Garantias		3.256	3.073	3.256	3.073	Diversas	10 & 11.b	1.794	94	1.794	94
Aplicações Interfinanceiras		13	11	13	11	Passivo Exigível a Longo Prazo		693.496	156.768	693.496	156.768
Créditos Vinculados:						Depósitos		534.062	-	534.062	-
Depósitos no Banco Central		13	11	13	11	Depósitos Interfinanceiros	13.c	534.062	-	534.062	-
Outros Créditos		2.045	589	2.045	589	Outras Obrigações		159.434	156.768	159.434	156.768
Rendas a Receber	13.c	574	-	574	-	Fiscais e Previdenciárias	9	118	164	118	164
Créditos Tributários	6	421	589	421	589	Diversas	10 & 11.b	159.316	156.604	159.316	156.604
Diversos	7	1.050	-	1.050	-	Patrimônio Líquido		12	5.277.644	12	4.193.144
Outros Valores e Bens		18	1	18	1	Capital Social		4.787.689	4.787.689	4.787.689	4.787.689
Despesas Antecipadas		18	1	18	1	Capital Integralizar	-	-	(1.000.000)	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		314.062	304.827	314.062	304.827	Reservas de Lucros	-	483.336	391.211	-	483.336
Outros Créditos		314.062	304.827	314.062	304.827	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	6.619	14.244	-	6.619
Créditos Tributários	6	67.717	-	67.717	-	Total do Passivo		15.504.014	6.335.893	15.504.014	6.335.893
Diversos	7	246.345	246.292	246.345	246.292						
Permanente		1.234.283	1.232.195	1.234.283	1.232.195						
Investimentos		1.234.283	1.232.195	1.234.283	1.232.195						
Participações em Coligadas:											
No País	8	1.234.282	1.232.194	1.234.282	1.232.194						
Outros Investimentos		1	1	1	1						
Total do Ativo		15.504.014	6.335.893	15.504.014	6.335.893						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Saldos em 31 de dezembro de 2017	Nota	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros	
		Subscrito	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Coligadas	Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		2.787.689	-	164.945	220.282	127	19.435	-	3.192.478
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	(91)	(5.227)	-	(5.318)
Aumento de Capital aprovado	-	-	2.000.000	-	-	-	-	2.000.000	2.000.000
Capital a Integralizar	-	-	(1.000.000)	-	-	-	-	(1.000.000)	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	198.597	198.597
Destinações:									
Reserva Legal	12.c	-	-	9.930	-	-	-	(9.930)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.c	-	-	-	-	-	(192.613)	(192.613)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	-	(1.973)	-	-	1.973	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	-	(1.973)	-	-	1.973	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.787.689	1.000.000	174.875	216.336	36	14.208	-	4.193.144
Mutações no exercício		-	1.000.000	-	9.930	(91)	(5.227)	-	1.000.666
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.787.689	1.000.000	174.875	216.336	36	14.208	-	4.193.144
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	(221)	(7.404)	-	(7.625)
Capital Integralizado	-	-	1.000.000	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	242.125	242.125
Destinações:									
Reserva Legal	12.c	-	-	12.106	-	-	-	(12.106)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.c	-	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	-	40.009	-	-	(40.009)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	-	40.010	-	-	(40.010)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.787.689	2.000.000	186.981	296.355	(185)	6.804	-	5.277.644
Mutações no exercício		4.787.689	1.000.000	12.106	80.019	(221)	(7.404)	-	1.084.500
Saldos em 30 de junho de 2019		4.787.689	(1.000.000)	182.184	205.198	(153)	10.636	-	4.185.554
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	(32)	(3.832)	-	(3.864)
Capital Integralizado	-	-	1.000.000	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	95.954	95.954
Destinações:									
Reserva Legal	12.c	-	-	4.797	-	-	-	(4.797)	-
Liberação de Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	-	45.578	-	-	(45.578)	-
Liberação de Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	-	45.579	-	-	(45.579)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		4.787.689	-	186.981	296.355	(185)	6.804	-	5.277.644
Mutações no semestre		-	1.000.000	4.797	91.157	(32)	(3.832)	-	1.092.090

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
O Banco Bandepe S.A. (Bandepe), controlado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituído na forma de sociedade anônima, opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento. As operações do Bandepe são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados entre as instituições são absorvidos entre as mesmas e realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Bandepe foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. O Bandepe é controlado pelo Banco Santander, investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do capital Social da do Bandepe (Nota 12.a). As normas do Bacen preveem a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante, o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na reunião realizada em 30 de março de 2020.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apreciação de Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Bandepe.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização de despesa de venda e o seu valor em mercado.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do exercício, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do semestre.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou detenção de títulos favoráveis, sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Bandepe, a contraparte tem o direito, caso atendidos

requisitos legais específicos, de imputar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem imputadas.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do lucro e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 6.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2018				
	Em Milhares de Reais			Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	192.613	28.892	163.721	0,08820621	0,07497526
Total	192.613	28.892	163.721		

⁽¹⁾ Em 30 de maio de 2018, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, e o pagamento foi efetuado em 4 de julho de 2018.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações do Bandepe e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

13. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Bandepe realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2019, no valor máximo de R\$10. O Bandepe é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. O Bandepe não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Participação Acionária

O Bandepe é controlado pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 3.589 mil ações ordinárias equivalentes a 100,00% do capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Aplicações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	57.600	64.241	4.273	5.565
Dividendos e Bonificações				
a Receber ⁽²⁾	574	-	-	79.972
Depósitos Interfinanceiros	(10.051.167)	(1.984.778)	(176.234)	(67.961)
Valores a Pagar Sociedades				
Ligadas ⁽³⁾ (Nota 14)	-	-	(309)	(299)
Despesas com doações ⁽⁴⁾	-	-	(175)	(998)

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro 2019, estão compostos por aplicações no mercado aberto com vencimento em até 3 meses no valor de R\$57.600 (31/12/2018 - R\$64.241).

⁽²⁾ Refere-se a juros sobre o capital próprio recebidos da Santander Leasing.

⁽³⁾ As despesas referem-se a despesas administrativas Convênio Operacional.

⁽⁴⁾ Refere-se a doação efetuada à fundação Santander Cultural e Instituto Escola Brasil.

14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Doações Entidades Filantrópicas	464	1.098
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 13.c)	309	299
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	231	174
Serviços do Sistema Financeiro	396	194
Outras	88	86
Total	1.488	1.851

15. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Despesa de Cofins	10.651	12.087
Despesa com PIS	1.731	1.964
Atualizações de Impostos e Contribuições ⁽¹⁾	5.439	5.848
Outras	125	-
Total	17.946	19.899

⁽¹⁾ Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

16. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Atualização de Depósitos Judiciais	6.625	8.881
Atualização de Impostos a Compensar	2.055	670
Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 11.b)	-	136
Outras	669	115
Total	9.349	9.802

DIRETORIA

Diretor Presidente

Amancio Acúrcio Gouveia

Diretor Vice-Presidente

Antonio Pardo de Santayana Montes

Diretores Executivos

Gilberto Duarte de Abreu Filho	Ramón Sanchez Diez	Jean Pierre Dupui	Reginaldo Antonio Ribeiro
José Roberto Machado Filho	Luiz Masagão Ribeiro Filho	Juan Sebastian Moreno Blanco	

CONTADOR

Leonardo Santicoli - CRC 1 SP 265213/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco Bandepe S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bandepe S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

17. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 11.b)	1.502	-
Atualização Monetária	-	1.535
Atualização de Impostos	55	559
Outras	681	671
Total	2.238	2.765

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado antes dos Impostos	253.304	205.191
Juros sobre o Capital Próprio	-	(192.613)
Resultado antes dos Impostos	253.304	12.578

Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social

	(101.322)	(5.660)
às Aliquotas de 25% e 15%, Respectivamente	4,026	(4,646)
Resultado de Participações em Coligadas ⁽¹⁾	18.631	3.653
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis		
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo		
Fiscal de Exercícios Anteriores	-	(577)
Juros sobre o Capital Próprio	60.000	-
Ajustes CSLL 5%	7.132	596
Demais Ajustes	354	40
Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.179)	(6.594)

⁽¹⁾ No resultado de participações em coligadas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos.

⁽²⁾ A partir de janeiro 2019, nos termos da resolução CMN 4.706, os valores relativos à remuneração do capital declarados devem ser reconhecidos em contrapartida à conta adequada de lucros acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

19. Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Bandepe aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

20. Eventos Subsequentes

As operações e resultados podem ser impactados negativamente pelo surto de coronavírus. Preocupações com saúde global ou nacional, incluindo o surgimento de doenças pandêmicas ou contagiosas, como o coronavírus recente recente, podem afetar o Bandepe adversamente. Desde dezembro de 2019, uma nova cepa de coronavírus se espalhou pela China e em outros países. Tais eventos podem causar interrupção da atividade econômica regional ou global, o que pode afetar as operações e resultados financeiros. A extensão em que o coronavírus afeta os resultados dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a gravidade do coronavírus e as ações para conter o coronavírus ou tratar seu impacto, entre outras.

São Paulo, 30 de março de 2020